

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Nº 21, de 05 de DEZEMBRO de 2018.


Processo nº: 55000.028507/2018-56

I - Identificação: (Título/Objeto da Despesa)

I.1.		Título do projeto:	Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia
I.2.		Objeto da despesa:	<p>Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar</p> <p>Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar</p> <p>Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações</p> <p>Desenvolver ações de construção de rótulos dos produtos da agricultura familiar, com controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas</p> <p>Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar</p>

II - UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora

II.1	Unidade Gestora Repassadora:	UG 110690
	Órgão Responsável:	SAF/SEAD
II.2	Unidade Gestora Recebedora:	158092
	Órgão Responsável:	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Reitor / UFRB

III - Justificativa: (Motivação/Clientela/Cronograma físico)

III. 1.	Motivação da descentralização
<p>A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República vem desenvolvendo ações que proporcionem o fortalecimento, a consolidação e a sustentabilidade dos Agricultores Familiares Brasileiros, principalmente no que tange ao apoio à comercialização da agricultura familiar no país e fora dele.</p> <p>Nesse sentido, a proposta destina-se a Realização de estudos e serviços técnico-científicos para o fortalecimento e a consolidação das políticas públicas desenvolvidas pela SEAD, no intuito de aplicar Cadastro Nacional de Agricultura Familiar – CAF;</p> <p>Realização de estudo sobre a implementação de inovação tecnológica de energia renovável de baixo impacto ambiental, na região Sudeste.</p> <p>Ao final, torna-se relevante deixar como contribuição concreta à atuação da Administração Pública, estudos que permitam o entendimento da dinâmica do mercado de terras brasileiro no âmbito das ações de acesso à terra, bem como o levantamento das necessidades apresentadas pelos agricultores familiares fluminenses sobre as principais demandas de fomento ao crédito e de serviços que proporcionem a elaboração de linhas de financiamento, produtos financeiros e necessidades de serviços que auxiliem no incentivo à produção e à comercialização da agricultura familiar, por meio ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.</p> <p>Tais demandas foram identificadas pela SEAD por meio de pesquisas, reuniões com parceiros e ainda por meio da sistematização das informações obtidas com a execução de consultorias voltadas para este fim e que apontam para a necessidade de consolidação produtiva dos beneficiários para melhorar a geração de renda e a inserção de excedentes no mercado.</p> <p>O projeto tem como ponto de partida as ações articuladas entre os ambientes acadêmicos e territoriais, propondo na prática, a formar/orientar os grupos produtivos da agricultura familiar para o seu fortalecimento, através da geração de trabalho e renda e de promoção da segurança alimentar e nutricional.</p>	

III. 2.	Clientela beneficiada pela descentralização
<p>Agricultores familiares, no âmbito das ações e políticas públicas desenvolvidos pela SEAD, além de técnicos e gestores de todas as esferas governamentais e de parceiros das ações da SEAD, visando o aumento de seu impacto e sua futura sustentabilidade.</p>	

III. 3.	Cronograma físico
Período de execução*	Atividade
	<p>META 1 - Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar;</p> <p>META 2 - Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar;</p> <p>META 3 - Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações;</p> <p>META 4 - Desenvolver ações de construção de rótulos dos produtos da agricultura familiar, com controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas;</p> <p>META 5 - Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar.</p>


Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Reitor / UFRB 2


IV - Relação entre as Partes: (Descrição e Prestação de Contas das Atividades)

IV. 1.	Obrigações dos cooperantes
Cooperante repassador – SAF/SEAD	a) providenciar a descentralização orçamentária e financeira; b) designar responsável técnico (a) para exercer o acompanhamento desta cooperação; c) acompanhar a execução do objeto desta cooperação.
	a) comunicar por escrito a SAF/SEAD o início e conclusão da execução física do projeto cooperado; b) executar fielmente o objeto pactuado; c) coordenar e dirigir as atividades previstas no Plano de Trabalho; d) aplicar regularmente os recursos descentralizados, em estrita observância a legislação em vigor, e cronograma de físico; e) designar responsável técnico (a) para exercer o acompanhamento e fiscalização na execução das obrigações assumidas; e f) divulgar, no local e durante a execução do objeto, a participação da SEAD, mediante afixação de placa, banner ou outro meio de divulgação, nominando o Projeto específico, devendo ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos, ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos em geral. g) empregar o conhecimento de saberes técnico-científicos da rede de competência sistêmica de entidades de P&D da qual faz parte (universidades, institutos/fundações técnico-científicos e centros de pesquisas), para execução de apoio ao projeto na realização das atividades de pesquisa e capacitação identificadas na realização/ execução do presente instrumento.

IV. 2.	Prestação de Contas das Atividades
	a) Caberá a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB apresentar a SAF/SEAD relatório das atividades desenvolvidas (execução física) e da aplicação dos recursos financeiros descentralizados (demonstrativos da execução, receita e despesa, evidenciando saldo, relação de pagamentos efetuados identificando os beneficiários, relação de bens adquiridos e sua destinação, bem como qualquer outra documentação que se entender necessária a verificação do cumprimento de forma regular do quanto previsto no Plano de Trabalho); e b) Caberá a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB prestar contas dos recursos descentralizados diretamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação em vigor.



V - Previsão Orçamentária: (Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)

Exercício financeiro de 2018			
Programa de Trabalho/Projeto/Atividade	Fonte	Natureza de Despesa	Valor (R\$ 1,00)
Serviços de Pessoa Jurídica diversos	0100	339039	1.000.000,00
	0100		
			Total R\$1.000.000,00


Silvano Luiz de Oliveira Soglia
Reitor / UFRB 3

VI - Data e Assinaturas:

Brasília (DF), 05 de DEZEMBRO de 2018

 Jefferson Coriteac Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	 Silvio Luiz de Oliveira Sógia Reitor UFRB
---	--

1 – DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB					CNPJ 07.777.800/0001-62	
ENDEREÇO Rua Rui Barbosa 710 – Centro – Campus Universitário - UFRB						
CIDADE Cruz das Almas	UF BA	CEP 44.380-000	EMAIL gabi@ufrb.edu.br slsoglia@ufrb.edu.br	DDD/TELEFONE (75-3621-2350	E.A FEDERAL	
NOME DO RESPONSÁVEL Silvio Luiz de Oliveira Soglia				CPF 286.097.005-34	TEL PARA CONTATO 75-3621-9095	
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR 1476116 SSP/BA	DATA DE EXPEDIÇÃO 21/05/2014	CARGO Docente	FUNÇÃO Reitor	MATRÍCULA 285724		
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO Rua J n. 270 n- Inocoop – Cruz das Almas – BA					CEP 44.380-000	

2 – DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO CONCEDENTE

Órgão/Entidade Concedente Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD		CNPJ 26.688.865/0001-86	DDD/TELEFONE (61)2020-0000/2020-0027
ENDEREÇO Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 5º andar, Ala Norte, Brasília - DF			CEP 70046-900
NOME DO RESPONSÁVEL Jefferson Coriteac			CPF 152.914.288-13
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO Secretário Especial		

3 – PROJETO

3.1 - TÍTULO Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia	3.2 – VIGÊNCIA	
	INÍCIO 12/2018	TÉRMINO 12/2019
3.3 – JUSTIFICATIVA <p>A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro no município de Cruz das Almas (BA), como a segunda universidade federal do estado da Bahia. A criação da UFRB surgiu de um amplo processo de mobilização da sociedade, decorrente da proposta do Governo Federal de expansão e de interiorização do ensino superior (Programa Expandir) para contribuir com a formação científica, técnica, política, cultural e social de qualidade e inclusiva, a partir do contexto das realidades territoriais.</p> <p>A estrutura da UFRB foi constituída em sete Centros de Ensino localizados em seis Campi de três Territórios de Identidade: em Cruz das Almas com os Centros de Ensino de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); em Santo Antônio de Jesus, com o Centro de Ciência da Saúde (CCS); em Cachoeira, com o Centro de Humanidades, Letras e Artes (CAHL); em Santo Amaro, com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); em Amargosa com o Centro de Formação de Professores (CFP); e em Feira de Santana, com o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS).</p> <p>A criação da UFRB surge com um dos desafios de superação da lógica mercadológica de formação de profissionais em áreas restritas e levando em consideração a realidade territorial. Assim, assume-se que o ensino superior deve ser voltado para contribuir na educação básica e áreas estratégicas de construção de conhecimentos voltados para a promoção do desenvolvimento territorial (PDI/UFRB, 2015).</p>		

A UFRB tem atuação no ensino, na pesquisa e na extensão universitária no fortalecimento da agricultura familiar, com destaque para a Educação do Campo (Licenciaturas e Tecnologia em Agroecologia), a Gestão de Cooperativas, as Ciências Agrárias, as Ciências da Saúde, as Artes e Cultura, as Humanidades e as Exatas, com a constituição de grupos de pesquisa e extensão vinculados ao ensino da graduação e da pós-graduação. Especialmente em 2017, foi criado o Curso de Tecnologia em Alimentos no contexto da Educação do Campo voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, através da formação de profissionais implicados com o modo de vida familiar, na perspectiva de organização coletiva da produção, do beneficiamento, do armazenamento e da comercialização que geram riquezas na realidade do Brasil. Este curso tem princípios centralizados na tecnologia social, na agroecologia e na economia solidária para o fortalecimento da agricultura familiar.

Assim, o desenvolvimento deste projeto tem atuação direta especificamente com a equipe acadêmica do Curso de Tecnologia em Alimentos, como também na relação com outros cursos que integrem grupos de pesquisa e de extensão que atuam nas ações de fortalecimento da agricultura familiar. Esse curso foi uma demanda das organizações e movimentos sociais do campo do estado da Bahia, devido a importância deste segmento nas dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais.

A Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, com 665.831 estabelecimentos (15,5% dos estabelecimentos do Brasil) e ocupam apenas 34% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Estes agricultores respondem por 81% do pessoal ocupado no meio rural (1,8 milhão de pessoas), e 44% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado da Bahia (IBGE, 2006).

De modo geral, a participação da agricultura familiar na produção alimentos é relevante, atingem 70% dos principais alimentos da dieta do brasileiro, com destaque para a mandioca (87%), feijão (70%), leite (58%), milho (46%), café (38%), arroz (34%), com um percentual de 60% da agropecuária (59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos). Portanto, os principais sistemas produtivos da agricultura familiar envolvem os amidos, os lácteos, as frutas, as hortaliças, os animais de pequenos portes, e outros sistemas que são integrados nas propriedades familiares (IBGE, 2006).

Ainda, segundo o IBGE (2006), a agricultura familiar contribui com a contenção do êxodo rural nacional, uma vez que tem 75% do pessoal ocupado no meio rural. Além de tudo isso, 38% do valor bruto da produção da economia nacional, ocupando apenas um quarto das terras do mundo rural. Portanto, a importância da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento territorial passa ainda pela necessidade de avançar e de facilitar o acesso de tecnologias sociais à agricultura familiar e de formulação e implementação de políticas públicas estruturais.

A agricultura familiar é um segmento resiliente e resistente a um modelo de produção pautada na utilização de agrotóxicos, de mecanização intensiva, de monocultura e de exportações. Entretanto, este modelo não propiciou o desenvolvimento dos agricultores familiares, ao contrário, intensificou o processo de desigualdades do campo. Assim, a agricultura familiar historicamente passa por problemas estruturais de precariedade do acesso a terra e da insuficiência de renda das famílias, como também da necessidade de políticas públicas orientadas para o modo de vida familiar e de desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade desta agricultura.

Esta realidade faz com que Serafim, Jesus e Farias (2013, p. 1) afirmem que a tecnologia social (TS), a agroecologia e a agricultura familiar são categorias que convergem na busca de “deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas”. Assim, a agroecologia constitui um campo de práticas e de estudos que procura “deter as formas de degradação e exploração da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural”.

De acordo com Dagnino (2014), as instituições públicas de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, como as universidades, necessitam conceber as tecnologias sociais enquanto processo de libertação, a medida que contribui para a construção de sujeitos participativos. Essa afirmação é importante para compreender que a agricultura familiar é intrínseca as tecnologias sociais, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento que valorize as relações sociais e que contribuam para a inclusão social e econômica.

Observa-se que a inclusão social e econômica dos grupos produtivos da agricultura familiar, seja

organizada em associações ou cooperativas, de alguma forma, foi oportunizada pelo acesso ao mercado institucional para a comercialização dos produtos, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE estabelecido pela Lei nº 11.947, conforme artigo 14 que determina a aquisição de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE. Esta aquisição além de promover o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda, porque os recursos permanecem nos respectivos locais ou territórios, contribuem para uma alimentação saudável vinculada a promoção de segurança alimentar e nutricional para os ambientes escolares. Além do PNAE, tem o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e especificamente a modalidade Compras Institucionais estabelecida no Decreto nº 8.473/2015 que prever no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Outro aspecto importante a relacionar que os grupos produtivos da agricultura familiar são formados majoritariamente por mulheres rurais. Heredia e Cintrão (2006) afirmam que as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres se concentram nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, e demonstram a divisão criada que ainda reforça a valorização do trabalho “produtivo” em detrimento do trabalho “reprodutivo” delegado as mulheres com advento desse sistema econômico como uma extensão do trabalho doméstico que não tem visibilidade e valorização.

É importante contextualizar que o debate acerca das questões de gênero e feminismo aflora junto das práticas agroecológicas, pois potencializam a participação das mulheres na unidade produtiva familiar, propondo relações mais igualitárias e permitindo que o trabalho das agricultoras fortaleça e dê visibilidade ao debate da soberania alimentar, da biodiversidade e da cultura, a partir do protagonismo das mulheres nos sistemas produtivos da agricultura familiar.

Assim, este projeto tem sua justificativa, por um lado, na necessidade de integrar o ambiente universitário para contribuição na geração de trabalho e renda, de forma digna, para agricultores e agricultoras familiares integrados em grupos produtivos que se encontram em situação de fragilidade na organização coletiva, expostos aos riscos e a toda sorte de exploração; e por outro, de possibilitar a construção de conhecimentos na relação com os grupos produtivos da agricultura familiar, na relação acadêmica de ensino, pesquisa e extensão universitária, voltadas para o processo de inclusão social, econômica, política e cultural, especialmente das mulheres rurais, com a construção de conhecimentos implicados para a promoção do desenvolvimento rural.

3.4. OBJETIVOS

3.4.1. OBJETIVO GERAL

Proporcionar ações de fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de ações acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, na promoção da segurança alimentar e nutricional e da geração de trabalho e renda, especialmente para as mulheres rurais do estado da Bahia.

3.4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS – METAS

3.4.1. Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar

3.4.2. Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar

3.4.3. Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações

3.4.4. Desenvolver ações de construção de rótulos dos produtos da agricultura familiar, com controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas

3.4.5. Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar

3.5. METAS, PRODUTOS E RESULTADOS

METAS	PRODUTOS	RESULTADOS
Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	Relatórios de perfil produtivo e organizacional de 12 unidades produtivas da agricultura familiar	Levantamento de informações voltadas para a estruturação de 4 redes de intercooperação das unidades produtivas da agricultura familiar em sistemas produtivos
Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar	Estudos de viabilidade econômica e gestão associativa de 12 unidades produtivas da agricultura familiar	Construção de Planos de Ação para as unidades produtivas da agricultura familiar voltados para o fortalecimento produtivo, comercial e organizacional
Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações	Relatórios técnicos e sistematizações de Oficinas e de oficinas e de intercâmbios de experiências nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização	Fortalecimento da produção e comercialização das unidades produtivas da agricultura familiar, voltadas para a geração de trabalho e renda e promoção da segurança alimentar e nutricional
Desenvolver ações de construção de rótulos dos produtos da agricultura familiar, com controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas	Rótulos construídos a partir dos produtos da agricultura familiar, e em conformidade com as diretrizes de comercialização da SEAD	Garantia da qualidade dos produtos da agricultura familiar, em conformidade com a legislação sanitária
Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar	Relatórios técnicos da participação dos grupos produtivos da agricultura familiar, em especial das mulheres rurais	Constituição e fortalecimento de 4 Redes de Intercooperação da Agricultura Familiar no estado da Bahia

3.6. METODOLOGIA

O projeto tem como ponto de partida as ações articuladas entre os ambientes acadêmicos e territoriais, propondo na prática, a formar/orientar os grupos produtivos da agricultura familiar para o seu fortalecimento, através da geração de trabalho e renda e de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Para tanto, será realizado um diagnóstico nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar, a partir da metodologia do Diagnóstico Organizacional Participativo – DOP, com envolvimento direto dos agricultores familiares, especialmente das mulheres rurais. Cada unidade terá a sistematização de um relatório com o perfil produtivo e organizacional, voltada para a estruturação de 4 redes de intercooperação das unidades produtivas da agricultura familiar em sistemas produtivos.

Portanto, a metodologia será qualitativa, orientada pela visão de mundo e com opções teóricas de

contribuição na explicação e na compreensão da realidade estudada, fundamentada “da convicção de que a ação social é fundamental na configuração da sociedade” (HAGUETTE, 1992, p. 18).

Os instrumentos pedagógicos do DOP têm a relação entre os sujeitos e pesquisadores para a construção de novos conhecimentos, capazes de provocar reflexões através de “uma ação que cientifica a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática” (FRANCO, 2005, p. 483). Essa opção é orientada pela possibilidade de intervenção do pesquisador na realidade social, a partir da participação dos sujeitos para os processos de reflexão e de transformação. Portanto, envolve tanto o conhecimento dos sujeitos do estudo, quanto dos próprios pesquisadores, e caracteriza-se por ser um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação onde os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

A realização do DOP será articulada com os Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa das unidades produtivas da agricultura familiar, que terá como resultado a construção de Planos de Ação para a estruturação e o fortalecimento produtivo, organizacional e comercial destas unidades. Os Planos de Ação terão na sua composição atividades de acompanhamento e de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências.

As atividades formativas sejam oficinas, intercâmbios e acompanhamentos, serão adaptados aos diferentes estágios em que se encontram os empreendimentos econômicos solidários, seu nível de organização, escolaridade e motivação, com a integração da comunidade acadêmica. Todas as atividades serão voltadas para a construção de autonomia dos agricultores familiares, especialmente das mulheres rurais, e seguem os princípios das tecnologias sociais: baixo custo e menos dependentes do sistema externo. Estes princípios influenciam o processo pedagógico de trocas e construção de saberes e conhecimentos, na relação entre Tecnologias Sociais e Educação do Campo, voltada para a promoção de melhoria da qualidade de vida em bases sustentáveis.

Portanto, as ações formativas prevalecem processos de dialogicidade, em que as pessoas devem ser consideradas sujeitos participativos e contribuinte na construção do registro histórico do seu próprio empreendimento (FREIRE, 2011). Assim, cada grupo produtivo tem sua dinâmica própria de acompanhamento, visando o fortalecimento institucional, a partir de seu estágio organizacional, orientado pelo respeito à sua autonomia.

Para realização das ações formativas de Boas Práticas de Manipulação de Frutas, em conformidade com a legislação de inspeção sanitária, serão analisados os produtos beneficiados (análise sensorial, microbiológica e química bromatológica) para o planejamento e a adequação das boas práticas. Portanto, há necessidade de incorporação de saberes e de conhecimentos dos grupos produtivos da agricultura familiar ao longo de sua trajetória de existência e de práticas sociais.

As análises sensoriais são voltadas para medir e interpretar as reações produzidas pelas características dos produtos beneficiados das frutas, percebidas pelos órgãos da visão, olfato, gosto, tato e audição. Entretanto, os métodos destas análises variam em função do estágio de evolução tecnológica de avaliação da qualidade sensorial, resultado da interação social e cultural. De maneira geral, os resultados destas análises também serão para o desenvolvimento de novos produtos e no controle de qualidade, com a construção de rótulos dos produtos.

A análise microbiológica possibilita a identificação de contaminação dos produtos por microrganismos ou substâncias químicas, e que a gestão destes agentes podem causar Doenças Transmitidas por Alimentos – DTA. Segundo Welker et al (2010), as doenças transmitidas por alimentos (DTA) constituem um grande problema de saúde pública, tanto no Brasil como nos demais países, sendo responsáveis por elevados custos econômicos e sociais. Assim, considera-se importante a análise microbiológica de alimentos realizada por laboratórios que, por um lado, garante produtos de qualidade para consumo, e por outro, de realização de pesquisas que proporcionem ações de intervenção na melhoria dos processos de beneficiamento de frutas.

A análise química bromatológica possibilita a determinação da composição química dos alimentos, em especial dos produtos beneficiados das frutas, com as suas características de aptidão para o seu consumo. Importante conhecer a composição e determinar o percentual de umidade, proteínas,

lipídeos, fibras, carboidratos, que permitam o cálculo do volume calórico do alimento, visto que algumas matérias-primas da agricultura familiar, como o Maracujá do Mato (*Passiflora cincinnata*), o Licuri (*Syagrus coronata*) e do Umbu (*Spondias tuberosa*), não estão previsto nas tabelas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como da necessidade de avaliar a qualidade e segurança dos alimentos. “Em determinados momentos, a sua utilização torna-se decisiva para equacionar e resolver problemas de saúde pública e também para definir e complementar ações de vigilância sanitária. Atua, também, como coadjuvante nas inovações tecnológicas de alimentos” (EEEP, 2013, p. 6).

Assim, o projeto contará com um grupo gestor formado pela coordenação acadêmica e representantes dos grupos produtivos da agricultura familiar. Assim, as ações são voltadas para a estruturação de 4 Redes de Intercooperação da Agricultura Familiar que propiciem o fortalecimento das unidades produtivas da agricultura familiar em 4 Territórios de Identidade do estado da Bahia.

3.7. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES

A partir dos dados disponíveis dos Colegiados Territoriais do Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá, Recôncavo e Irecê, localizados no estado da Bahia, serão sistematizados e debatidos para integração no projeto de unidades produtivas da agricultura familiar, especialmente formados por mulheres rurais, a partir da potencialidade de estruturação de Redes de Intercooperação da Agricultura Familiar.

3.8. PÚBLICO PARTICIPANTE

Agricultores familiares, especialmente mulheres rurais, de 12 unidades produtivas localizadas nos Territórios do Portal do Sertão, Vale do Jiquiriçá, Recôncavo e Irecê.

3.9. DETALHAMENTO DOS CUSTOS

3.9.1. Listagem de Metas e Etapas

META/ETAPA Nº	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO
META 1 - Realizar Diagnóstico Organizacional das Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	Realização de Diagnóstico Organizacional de 12 Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	120.000,00	Mês 1	Mês 4
META 2 - Realizar Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa dos Grupos Produtivos da Agricultura familiar	Realização de 12 Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa	180.000,00	Mês 5	Mês 8
META 3 - Promover ações de capacitação para os Grupos Produtivos da Agricultura Familiar nas áreas de boas práticas de manipulação de alimentos, de gestão associativa, de desenvolvimento de novos produtos e de comercialização, através de oficinas e de intercâmbios de experiências e de monitoramento de ações	Realização de oficinas e intercâmbios em 12 grupos produtivos da agricultura familiar, articulados em 4 redes de intercooperação, com monitoramento bimestral	384.000,00	Mês 3	Mês 12

META 4 - Desenvolver ações de construção de rótulos dos produtos da agricultura familiar, com controle de qualidade, a partir de análises microbiológicas, sensoriais e bromatológicas	Realização de controle de qualidade de produtos de 12 unidades produtivas da agriculturas familiar	252.000,00	Mês 7	Mês 10
META 5 - Garantir a participação dos grupos produtivos em eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação e da relação com as políticas públicas da Agricultura Familiar	Participação em 5 eventos formativos e comerciais das Redes de Intercooperação	64.000,00	Mês 3	Mês 12

3.9.2. Listagem de Bens e Serviços por Elemento de Despesa

a) Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)

Nº	Descrição	Quantidade	Nº Meses	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de Pessoa Jurídica diversos	01	12	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL					1.000.000,00

3.9.3. Detalhamento da Contrapartida

Nº	Descrição	Quantidade	Nº Meses	Valor Unitário	Valor Total
-	-	-	-	-	0,00
TOTAL					0,00

3.9.4. Plano de Aplicação Consolidado

Código	Descrição da Despesa	Concedente	Proponente	Valor Total
339039	PESSOA JURÍDICA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TOTAIS		1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

3.10. CRONOGRAMAS DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO CONCEDENTE			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 01	1.000.000,00	Mês 1	Mês 12
Etapa 01			
META 02			
Etapa 01			
META 03			
Etapa 01			
META 04			

Etapa 01			
META 05			
Etapa 01			
TOTAL	1.000.000,00	Mês 1	Mês 12

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)			
AÇÃO	RECURSO	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 01	0,00	Mês 1	Mês 12
Etapa 01			
META 02			
Etapa 01			
META 03			
Etapa 01			
META 04			
Etapa 01			
META 05			
Etapa 01			
TOTAL	0,00	Mês 1	Mês 12

3.11.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM MESES)

METAS	ETAPAS	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (EM MESES)						
		2018/019						
		1	2	3	4	5	6	SUBTOT AL (R\$)
Meta 01	Etapa 01	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0	0	120.000,00
Meta 02	Etapa 01	0	0	0	0	45.000,00	45.000,00	90.000,00
Meta 03	Etapa 01	0	0	38.400,00	38.400,00	38.400,00	38.400,00	153.600,00
Meta 04	Etapa 01	0	0	0	0	0	0	0
Meta 05	Etapa 01	0	0	12.800,00	0	12.800,00	0	25.600,00
PREVISÃO DE DESEMBOLSO (R\$)		30.000,00	30.000,00	81.200,00	68.400,00	96.200,00	83.400,00	389.200,00

METAS	ETAPAS	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (EM MESES)						
		2019						
		7	8	9	10	11	12	SUBTOT AL (R\$)
Meta 01	Etapa 01	0	0	0	0	0	0	0
Meta 02	Etapa 01	45.000,00	45.000,00	0	0	0	0	90.000,00
Meta 03	Etapa 01	38.400,00	38.400,00	38.400,00	38.400,00	38.400,00	38.400,00	230.400,00
Meta 04	Etapa 01	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	0	0	252.000,00
Meta 05	Etapa 01	12.800,00	0	12.800,00	0	12.800,00	0	38.400,00
PREVISÃO DE DESEMBOLSO (R\$)		159.200,00	146.400,00	114.200,00	101.400,00	51.200,00	38.400,00	610.800,00

3.12. MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO PROJETO											
META		01	Realizar Diagnóstico Organizacional de 12 Unidades Produtivas da Agricultura Familiar								
ATIVIDADES											
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES						INDICADORES FÍSICOS				CUSTOS (R\$ 1,00)	
Item	Discriminação da Atividade	Período de Execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quant.	Total
1.1	Realizar Diagnóstico Organizacional de 12 Unidades Produtivas da Agricultura Familiar	Mês 1 a Mês 4	SEAD	D	Brasil	4 meses	Unidade Produtiva	12	Agricultores Familiares	12	120.000,00
						Total da Meta				240	120.000,00
META		02	Realização de 12 Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa								
ATIVIDADES											
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES						INDICADORES FÍSICOS				CUSTOS (R\$ 1,00)	
Item	Discriminação da Atividade	Período de Execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quant.	Público	Quant.	Total
2.1	Realização de 12 Estudos de Viabilidade Econômica e Gestão Associativa	Mês 5 a Mês 8	SEAD	D	Brasil	4 meses	Estudos	12	Agricultores Familiares	12	180.000,00
						Total da Meta				12	180.000,00

ATIVIDADES												
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES			INDICADORES FÍSICOS									CUSTOS (R\$ 1,00)
META	03	Realização de oficinas e intercâmbios em 12 grupos produtivos da agricultura familiar, articulados em 4 redes de intercooperação, com monitoramento bimestral										
ATIVIDADES												
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES						INDICADORES FÍSICOS					CUSTOS (R\$ 1,00)	
Item	Discriminação da Atividade	Período de Execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quant.	Unitário	Total
3.1	Realização de oficinas e intercâmbios em 12 grupos produtivos da agricultura familiar, articulados em 4 redes de intercooperação, com monitoramento bimestral	Mês 3 a Mês 12	SEAD	D	Brasil	10 meses	Capacitação	48	Agricultores Familiares	48	8.000,00	384.000,00
						Total da Meta				48	8.000,00	384.000,00
ATIVIDADES												
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES						INDICADORES FÍSICOS					CUSTOS (R\$ 1,00)	
META	04	Realização de controle de qualidade de produtos de 12 unidades produtivas da agriculturas familiar										
Item	Discriminação da Atividade	Período de Execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quant.	Unitário	Total
4.1	Realização de controle de qualidade de produtos de 12 unidades produtivas da agriculturas familiar	Mês 7 a Mês 10	SEAD	D	Brasil	4 meses	Produtos	60	Agricultores Familiares	60	4.200,00	252.000,00
						Total da Meta				60	4.000,00	252.000,00

ATIVIDADES													
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES				INDICADORES FÍSICOS									
Participação em 5 eventos formativos e comerciais das Redes de Interooperação													
META	05	Discriminação da Atividade	Período de Execução	Executor	Regime	Local de Realização	Duração	Unidade	Quantidade	Público	Quant.	Unitário	Total
Item		Participação em 5 eventos formativos e comerciais das Redes de Interooperação	Mês 3 a Mês 12	SEAD	D	Brasil	10 meses	Eventos	5	Agricultores Familiares	5	12.800,00	64.000,00
5.1									Total da Meta		5	12.800,00	64.000,00

4. PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
33.90.39	Desenvolvimento de ações de fortalecimento e consolidação dos agricultores familiares e povos tradicionais impactados por ações governamentais de integração nacional.	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 00,00
TOTAL GERAL		R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00


O cronograma de desembolso proposto pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB inclui um repasse financeiro de **R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais)** para desenvolvimento de ações de fortalecimento e consolidação dos agricultores familiares e povos tradicionais impactados por ações governamentais de integração nacional.

5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento

Salvador, 05/12/2018


Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Reitor / UFRB

6. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado


Humberto Thome Pereira
Subsecretário
SAF

Brasília/DF 05/12/2018.